



Ministério do Trabalho
e Emprego | MTE

Conselho Nacional
de Imigração | CNIg

Trimestre 2015
Jan – Mar

Autorizações concedidas a estrangeiros



MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

Ministro – Manoel Dias

CNIg - Conselho Nacional de Imigração

Presidente - Paulo Sérgio de Almeida

CACNIg – Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional de Imigração

Coordenador – Luiz Alberto Matos dos Santos

OBMigra - Observatório das Migrações Internacionais

Coordenação Geral– Leonardo Cavalcanti

Coordenação Executiva – Tânia Tonhati

Coordenação Estatística - Antônio Tadeu de Oliveira

Equipe Técnica – Erique Pereira Neto e Felipe Quintino

Copyright 2015 – Observatório das Migrações Internacionais

Universidade de Brasília- UnB- Campus Darcy Ribeiro Campus Universitário Darcy

Ribeiro/UnB, Prédio Multiuso II - Térreo e Primeiro Piso Brasília/DF Brasil CEP:

70910-900.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar esse texto:

OBMigra. Autorizações concedidas a estrangeiros, Relatório Trimestral (janeiro a março): 2015/ Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Emprego/ Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015

Disponível em: URL: <http://portal.mte.gov.br/obmigra/home.htm>

Realização:



Apoio:



Conselho Nacional
de Imigração | CNIg

Coordenação Geral
de Imigração - CGIg



Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 Características Gerais das autorizações Temporárias e Permanentes	4
Capítulo 2 Características por tipo de autorizações Temporárias e Permanentes	9
Indeferidas	10
Anexo I	11

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 Número de autorizações concedidas, segundo sexo, Brasil primeiros trimestres (jan-mar) 2014 e 2015.....	5
Tabela 1.2 Número de autorizações/vistos concedidos, segundo idade, Brasil primeiros trimestres (jan-mar) 2014 e 2015.....	5
Tabela 1.3 Número de autorizações concedidas, segundo escolaridade, Brasil primeiros trimestres (jan-mar) 2014 e 2015.....	6
Tabela 1.4 Número de autorizações concedidas, segundo grupos ocupacionais, Brasil primeiros trimestres (jan-mar) 2014 e 2015.....	6
Tabela 1.5 Número de autorizações concedidas, segundo principais países, Brasil primeiros trimestres (jan-mar) 2014 e 2015.....	7
Tabela 1.6 Número de autorizações concedidas, segundo Unidades da Federação, Brasil primeiros trimestres (jan-mar) 2014 e 2015.....	8
Tabela 2.1 Número de autorizações concedidas, segundo Resolução Normativa, Brasil primeiros trimestres (jan-mar) 2014 e 2015.....	10
Tabela 2.2 Número de autorizações indeferidas, segundo Resolução Normativa, Brasil primeiros trimestres (jan-mar) 2014 e 2015.....	10

Introdução

Este relatório tem por objetivo apresentar os dados referentes às **autorizações – temporárias e permanentes – concedidas para estrangeiros** pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) referente ao primeiro trimestre de 2015 em comparação com o primeiro trimestre de 2014.

Atualmente, a gestão da entrada de estrangeiros no Brasil é de responsabilidade de três pastas governamentais: o **Ministério das Relações Exteriores** (MRE) - responsável pela emissão dos vistos, temporários ou permanentes, em caso de viagem, na condição de artista, desportista ou estudante, entre outros. Além disso, é o órgão responsável pela emissão de vistos, nas Unidades Consulares no exterior, para aqueles que pretendem se estabelecer no Brasil. O **Ministério da Justiça** (MJ), por sua vez, é responsável pelos procedimentos de documentação e regularização da situação migratória dos estrangeiros no Brasil (por exemplo: pedidos de refúgio, união estável, entre outros). E, ao **Ministério do Trabalho e Emprego** (MTE), cabe à emissão das autorizações de trabalho para estrangeiros, que desejam exercer alguma atividade laboral no Brasil.

Além dos ministérios, outro importante ator no que se refere à gestão migratória no Brasil é o Conselho Nacional de Imigração – CNIg. Trata-se de um órgão colegiado, quadripartite, composto por representantes do Governo Federal, dos Trabalhadores, dos Empregadores e da Sociedade Civil, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e com apoio administrativo da Coordenação Geral de Imigração (CGI). O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) é responsável por formular a política migratória brasileira, a partir da normatização das questões migratórias e da edição de Resoluções Normativas (RNs), as quais são endereçadas aos três ministérios já citados: do Trabalho e Emprego, da Justiça e das Relações Exteriores. Ao CNIg cabe ainda decidir sobre casos especiais e omissos. Vejam a seguir as etapas de solicitação de autorização a estrangeiro através do CNIg:

Etapas para solicitação de autorização no Brasil através do CNIg



Dito isso, para esse relatório o enfoque será nos dados das **autorizações concedidas para estrangeiros** pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) através do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). O presente relatório está organizado em dois capítulos da seguinte forma:

Capítulo 1: Características gerais das autorizações Temporárias e Permanentes por: sexo, idade, escolaridade, grupos ocupacionais, países e Ufs.

Capítulo 2: Características por tipo de autorizações Temporárias e Permanentes por: Resoluções Normativas (RNs) e

Capítulo 1

Características Gerais das autorizações

Temporárias e Permanentes

Tabela 1.1 Número de autorizações concedidas, segundo sexo, Brasil primeiros trimestres (jan-mar) 2014 e 2015.

Sexo	1ª Trim. 2014	1ª Trim. 2015
Masculino	1.522	7
Feminino	251	3
Total	1.773	10

Fonte: Conselho Nacional de Imigração/ Ministério do Trabalho e Emprego, 2010, 2014 e 2015.

Tabela 1.2 Número de autorizações concedidas, segundo idade, Brasil primeiros trimestres (jan-mar) 2014 e 2015.

Idade	1º Trim. 2014	1º Trim. 2015
Menor que 20	40	-
20 a 34	1.146	2
35 a 49	390	2
50 a 64	54	4
65 ou mais	133	1
Não Informado	10	1
Total	1.773	10

Fonte: Conselho Nacional de Imigração/ Ministério do Trabalho e Emprego, 2014 e 2015.

Tabela 1.3 Número de autorizações concedidas, segundo escolaridade, Brasil primeiros trimestres (jan-mar) 2014 e 2015.

Escolaridade	1ª Trim. 2014	1ª Trim. 2015
Analfabeto	1	-
Fundamental Incompleto	274	-
Fundamental Completo	61	-
Médio Incompleto	123	-
Médio Completo	188	1
Superior Incompleto	21	-
Superior Completo	110	4
Mestrado	11	-
Doutorado	2	-
Não Informado	982	5
Total	1.773	10

Fonte: Conselho Nacional de Imigração/ Ministério do Trabalho e Emprego, 2014 e 2015.

Tabela 1.4 Número de autorizações concedidas, segundo grupos ocupacionais, Brasil primeiros trimestres (jan-mar) 2014 e 2015.

Grupos Ocupacionais	1ª Trim. 2014	1ª Trim. 2015
Trabalhadores da Produção Bens e Serviços Industriais	1	-
Profissionais das Ciências e das Artes	28	1
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio e em lojas e mercados	4	-
Técnicos de nível Médio	52	-
Diretores e Gerentes.	9	1
Não Informado	1.679	8
Total	1.773	10

Fonte: Conselho Nacional de Imigração/ Ministério do Trabalho e Emprego, 2014 e 2015

Tabela 1.5 Número de autorizações concedidas, segundo países, Brasil primeiros trimestres (jan-mar) 2014 e 2015.

Países	1º Trim. 2014	1º Trim. 2015
República do Haiti	762	-
Bangladesh	295	1
Senegal	218	-
Gana	96	-
França	34	-
Paquistão	33	-
Guiné Bissau	33	-
República Dominicana	31	-
Portugal	27	4
Itália	22	-
Outros	222	5
Total	1.773	10

Fonte: Conselho Nacional de Imigração/ Ministério do Trabalho e Emprego, 2014 e 2015.

Tabela 1.6 Número de autorizações concedidas, segundo Unidades da Federação, Brasil primeiros trimestres (jan-mar) 2014 e 2015.

Unidade da Federação	1ª Trim. 2014	1ª Trim. 2015
Distrito Federal	777	1
Amazonas	431	-
Acre	265	-
São Paulo	94	2
Paraná	81	-
Rio de Janeiro	33	2
Santa Catarina	31	1
Rio Grande do Sul	13	2
Bahia	10	1
Amapá	9	-
Ceará	5	-
Roraima	5	-
Minas Gerais	4	-
Espírito Santo	3	-
Goiás	2	-
Alagoas	1	-
Maranhão	1	1
Mato Grosso do Sul	1	-
Pará	1	-
Pernambuco	1	-
Rio Grande do Norte	1	-
Rondônia	1	-
Sergipe	1	-
Tocantins	1	-
Não Informado	1	-
Total	1.773	10

Fonte: Conselho Nacional de Imigração/ Ministério do Trabalho e Emprego, 2014 e 2015

Capítulo 2

Características por tipo de autorizações

Temporárias e Permanentes

Tabela 2.1 Número de autorizações concedidas, segundo Resolução Normativa, Brasil primeiros trimestres (jan-mar) 2014 e 2015

RN	1ª Trim. 2014	1ª Trim. 2015
RN 27 – Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos	1.650	5
RN 70 - Dispõe sobre critérios para concessão de visto permanente para estrangeiro designado para administrar entidades sem fins lucrativos.	1	3
RN 77 - Estrangeiro em união estável com brasileiro	119	1
RN 84 - Situações especiais envolvendo investidores estrangeiros	3	1
Total	1.773	10

Fonte: Conselho Nacional de Imigração/ Ministério do Trabalho e Emprego, 2014 e 2015

Indeferidas

Tabela 2.1 Número de autorizações indeferidas, segundo Resolução Normativa, Brasil primeiros trimestres (jan-mar) 2014 e 2015.

RN	1ª Trim. 2014	1ª Trim. 2015
RN 27 – Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos	58	16
RN 77 - Estrangeiro em união estável com brasileiro	132	1
RN 84 - Situações especiais envolvendo investidores estrangeiros	6	4
Total	196	21

Fonte: Conselho Nacional de Imigração/ Ministério do Trabalho e Emprego, 2014 e 2015

Anexo I

Resolução Normativa	Descrição	Observações Importantes
Resolução Normativa nº 27, 28/11/1998	Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração	Análise individual por parte do CNIg de casos especiais e omissos; São estes casos aqueles não previstos na outras RNs;
Resolução Normativa nº 70, de 09/05/2006	Dispõe sobre critérios para concessão de visto permanente para estrangeiro designado para administrar entidades sem fins lucrativos	Solicitação de visto será examinada pelo CNIg e amparada pela RN 27/1998; Indica os propósitos de atuação institucional; Visto condicionado pelo exercício da função, pelo período de vigência do contrato, com máximo de cinco anos; Estabelece documentação necessária para solicitação do clamante e do chamado;
Resolução Normativa nº 77, de 29/01/2008	Dispõe sobre critérios para concessão de visto temporário ou permanente, ou de autorização de permanência, ao companheiro ou companheira, em união estável, sem distinção de sexo	Estabelece documentação necessária para comprovação de união estável;
Resolução Normativa nº 84, de 10/02/2009	Disciplina a concessão de autorização para fins de obtenção de visto permanente para investidor estrangeiro - pessoa física	Investimentos próprios de origem externa em atividade produtiva e que acarretem em substanciais impactos econômicos ou sociais no País; Estabelece comprovação de valor mínimo de investimento, podendo este ser alterado pelo CNIg; Estabelece critérios para análise dos pedidos por parte do CNIg; Estabelece documentação necessária para solicitação de pedido de autorização para concessão de visto; Estabelece documentação necessária para substituição da CIE quando de seu vencimento, condicionada a comprovação de continuidade como investidor;

Resolução Recomendada	Descrição	Observações Importantes
Resolução Recomendada nº 08, de 19/12/2006	Dispõe sobre pedidos de refúgio apresentados ao Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, que a critério deste, possam ser analisados pelo Conselho Nacional de Imigração – CNIg como situações especiais	Encaminhamento, do CONARE para o CNIg, dos pedidos de refúgio que não sejam passíveis de concessão, mas que possam os estrangeiros permanecer no país por razões humanitárias; O exame do CNIg para os pedidos será amparado pela RN nº 27, de 1998;